

PROPOSTA 299/2015 - APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, O RELATÓRIO DA LIQUIDAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA EPUL, REPORTADOS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE CONTÊM AS CONTAS E A RESPECTIVA REVERSÃO PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA DE TODOS OS DIREITOS, ATIVOS, OBRIGAÇÕES E PASSIVOS, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE INTERNALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA DISSOLVIDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA:

Passo a palavra agora então, para o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, ao Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Bom dia a todos. Eu pedia que começássemos por ouvir aquilo que a Comissão Liquidatária da EPUL tem para dizer, se o Sr. Presidente estiver de acordo.

O Sr. Presidente: - Sim, sim, peço o favor para entrarem.

O Sr. Dr. Natal Marques: - Viva, só precisava de por aqui...

O Sr. Presidente: - Sr. Dr. Natal Marques, muito obrigado e bem vindos, finalmente a Apresentação deste Relatório.

O Sr. Dr. Natal Marques: - Bom dia Sr. Presidente, Srs. Vereadores, cá estamos finalmente a fazer a Apresentação das Contas finais da EPUL, portanto o Relatório de Liquidação.

Como Ponto Prévio, gostaria de dizer a todos que, quer o Conselho de Administração da EPUL, quer também as respetivas, os Liquidatários, a Comissão Liquidatária, se assim quisermos, tem uma particularidade em relação a todas as Empresas Municipais, sempre teve, é que no Conselho de Administração da EPUL, sempre teve assento o Revisor Oficial de Contas.

O que significa que todas as decisões tomadas em Conselho de Administração que tivessem expressão contabilística, financeira e todas as decisões tomadas também pelo Conselho de Liquidatários, portanto o Revisor Oficial de Contas sempre partilhou essas decisões connosco, no sentido de nos ir dizendo se, enfim, do ponto de vista da sua análise, porque ele no fim de contas era o Fiscal, não é, se fazia ou não sentido, se estavam ou não estavam bem aquelas decisões que nós de alguma forma íamos tomando.

Quando, e isso de alguma forma nos envaidece, quando temos o Relatório Final de Liquidação, que na verdade não tem uma única reserva, isso quer significar que existe efetivamente uma concordância do Revisor Oficial de Contas em relação àquilo que foi feito, tanto mais que não nos desviámos um milímetro que fosse, exatamente daquele que era o Plano de Liquidação que foi aprovado em Reunião de Câmara.

Portanto, o Plano de Liquidação foi seguido à risca, e as decisões que tomámos estão estritamente enquadradas naquele que foi o Plano de Liquidação, e nessa vertente, também por isso, logicamente que este Plano, este Relatório de Liquidação não tem efetivamente qualquer tipo de reserva em relação àquilo que foi feito.

Como também Ponto Prévio, gostaria também de fazer aqui, digamos, o relato daquelas que foram no fim de contas as grandes decisões que se tomaram, do ponto de vista da liquidação da Empresa; o Cronograma da Liquidação está aqui expresso, ele começou com uma Proposta 858, da Câmara Municipal, de 2012, de 5 de Dezembro, me que se aprovou a dissolução da EPUL, a integração das suas atividades na Câmara Municipal de Lisboa, e a Declaração de Necessidade pela Câmara Municipal de Lisboa dos Recursos Humanos que eram detidos pela EPUL.

A Deliberação 61, da Assembleia Municipal, de 2013, de 28 de Maio, e com a aprovação da Proposta que a Câmara fez de Liquidação de Empresa, e com a aprovação do Plano de Liquidação; também nesse mesmo dia, a recomendação da própria Assembleia Municipal no sentido de que era importante que a defesa dos trabalhadores fosse efetivamente defendida e levada a cabo.

Ponto 4, a Deliberação 496 da Câmara Municipal, de 11 de Julho de 2013, com a nomeação dos Liquidatários; depois sabemos que houve aqui, digamos, 2 Providencias Cautelares que foram interpostas, e houve também da parte da Assembleia Municipal, a 25 de Junho, uma resolução fundamentada, que visou exatamente suprir a superação dessas Providencias Cautelares; a Apresentação do Plano de Liquidação, que nós o fizemos a 18 de Setembro de 2013; e o encerramento do Processo de Liquidação, que nós o registámos a 31 de Dezembro de 2014.

Seria bom revisitar, e até porque este foi da nossa cartilha no fim de contas, aqueles que eram os Objetivos da Liquidação: salvaguardar os interesses dos Trabalhadores, defender a reputação do Município e a Proteção do Património da EPUL, digamos, estes foram os 3 grandes itens que foram aprovados aqui em Reunião de Câmara e que fizeram parte do Plano de Liquidação, que nós

tivemos sempre presentes em todas as ações que tivemos, enquanto Liquidatários.

No que diz respeito à salvaguarda dos interesses dos Trabalhadores, a Empresa fez um Plano de Liquidação, um Plano de Desvinculação dos Trabalhadores, peço desculpa, a que nós chamamos um Plano Social de Desvinculação; ele era composto por diversas opções que o Trabalhador poderia tomar, desde logo o Plano Base, que esteve aberto a todos os Trabalhadores, que se o quisessem, podiam ser logicamente integrados na Câmara Municipal de Lisboa, através da, enfim de um instrumento que são os Acordos de Interesse Público, os ASIP.

Pusemos também a hipótese de alguns Trabalhadores, daqueles que quisessem, serem mobilizados para integrarem outra das Empresas Municipais; para aqueles que tinham 55 anos ou mais, foi-lhes dada a hipótese de recorrerem à Pré-reforma, aqui tínhamos 2 valências, ou a Pré-reforma, recebendo mensalmente um valor que corresponderia a 70% do Vencimento, ou se quisessem e alguns quiseram, antecipar o valor que receberiam até ao final da sua Carreira Contributiva, enquanto Trabalhadores, e portanto poderiam, até porque alguns deles tinham intenções de levar a cabo alguns negócios pessoais, enfim tudo isso, de alguma forma anteciparem esse recebimento.

E depois todos os outros forma efetivamente, saíram com indemnizações que podiam ser simples ou majoradas, a indemnizações simples para aqueles Trabalhadores que queriam logicamente recorrer ao Subsídio de Desemprego, porque a Empresa, como tinha Cotas as cumprir em Subsídio de Desemprego, não poderia dar essa faculdade a todos, portanto àqueles que optaram efetivamente por ter direito ao Subsídio de Desemprego, a indemnização calculada foi uma indemnização simples.

E depois, uma indemnização majorada para aqueles que de alguma forma não tinham necessidade, não queriam e alguns não queriam mesmo, o recurso ao Subsídio de Desemprego; para todos aqueles que não se integravam em qualquer um destes itens, portanto havia a caducidade dos Contratos, porque logicamente encerrado a Empresa, os Contratos caducavam automaticamente.

Bom, em termos das opções que foram tomadas, elas estão aqui de alguma forma expressas, nós tínhamos na altura 147 Trabalhadores, 50 deles optaram por ingressar na Câmara, 39 quiseram rescisão majorada, 14 rescisão simples, 17 optaram por receber a pré-reforma mensalmente, 17 optaram por antecipar o recebimento das pré-reformas, 1 pediu mobilidade para uma Empresa Municipal e 9, porque entendiam que não se conseguiam integrar, não era

vantajosa para si, porque estavam muito perto efetivamente da idade de Reforma, não era vantajosa qualquer outra opção, acabaram logicamente por, enfim, deixar, solicitar a caducidade dos Contratos.

O Processo foi relativamente tranquilo, o que significa do nosso ponto de vista, isto também foi falado com a Comissão de Trabalhadores, de alguma forma houve, aquilo que foi feito, foi feito de forma consensual, conversada, e portanto, naquilo que teve expressão financeira, enfim nós podemos dizer que o Plano Social teve um custo, que é o custo que está ali referenciado, dos 7 milhões e 850 mil euros, naquilo que teve expressão logicamente financeira.

Um outro caso era a reputação do Município. Nós sabemos que muito embora a Empresa tenha dito que em determinada altura estariam em condições de fazer a liquidação do Empréstimo, do DEXI, que é um Empréstimo a um banco belga que tinha financiado a Empresa em 60 milhões de euros, a Empresa, muito embora tenha dito que estava em condições de fazer essa liquidação, o que é certo, é que em finais de 2012 não logrou fazer o pagamento.

E o Município viu-se aqui de alguma forma confrontado com uma questão que tinha ver com a sua própria reputação, e inclusivamente com a rotação da própria República, porque falhar com um Empréstimo Internacional é uma coisa grave, em 2012, enfim, que sabíamos bem como estávamos todos a ser escrutinados, o País a ser escrutinado neste sentido, daí que a Câmara Municipal assumiu 22 milhões de euros de um pagamento, e os outros 22 milhões e meio, a Empresa solicitou a Reestruturação, no sentido de que uma vez encerrada, também estes 22 milhões e meio acabassem por vir a ser assumidos pela Câmara.

Nós tínhamos também de Empréstimos de curto prazo, descoberto em DO, qualquer coisa como 48,6 milhões de euros, nós renegociámos estes valores, no sentido de consolidá-los para um Empréstimo a 10 anos, com 2 anos de Carência e com uma Clausula específica, que dizia que no Ato da Liquidação de Empresa, do encerramento, logicamente havia a hipótese da Câmara assumir, digamos, este Empréstimos consolidado a 10 anos, com 2 de Carência, e portanto foi isso que foi feito do ponto de vista da Reestruturação da Dívida Bancária.

Depois também, a Empresa tinha necessidade de liquidação, naturalmente, necessidades financeiras para fazer a ligação, principalmente aquelas que se prendiam com o término da Construção do Empreendimento do Martim Moniz, para isso o que negociámos com a Banca, foi um Empréstimo que poderia ir dos 5 aos 10 milhões para necessidades de Tesouraria, sendo certo que a

ideia e foi o que aconteceu, era que no encerramento da Empresa tudo isto seria pago.

Portanto, este Empréstimo a curto prazo que foi negociado, efetivamente não transitou para a Câmara Municipal, porque com o resultado das Escrituras que se fizeram e do dinheiro que recebemos, por via das Hastas Públicas e por via das Escrituras do Martim Moniz, liquidámos este Empréstimo, exatamente, portanto antes da Empresa encerrar; e depois também liquidámos um único “swap” ativo que a Empresa tinha, de 301 mil euros e que portanto fizemos a sua liquidação.

E digamos, no sentido de que pusemos esta questão da dívida bancária e das questões financeiras em dia, no sentido de que isso não tivesse qualquer tipo de expressão, nem problema para a Câmara Municipal, esta reputação do Município na vertente financeira e bancária, de alguma forma foi resolvida.

Depois, a preservação do Património da EPUL. Nós aqui tínhamos algumas questões, desde logo tínhamos imenso Património que a Empresa, muito embora quisesse fazer a sua Requalificação, nunca tinha conseguido levá-la à prática, só para dar ideia, em 2004, a Empresa recebeu 90 edifícios dentro daquele esquema do Lisboa a Cores para que a empresa os recuperasse. E já enquanto liquidatários devolvemos à Câmara 80 desses 90 edifícios porque na verdade só tínhamos conseguido neste período de 10 anos praticamente fazer a recuperação de 10 desses 90 edifícios. Realmente, digamos, esses foram para a Câmara, os outros que tínhamos e que não tínhamos qualquer capacidade de renovar-los e de reabilitar-los enfim, fizemos uma asta pública que foram astas públicas, aliás, bastante concorridas e que correram da melhor forma e permitiram à empresa ter um encaixe considerável como veremos a seguir. Também perspetivámos que todo e qualquer asta pública seria feita com uma dupla avaliação para além da avaliação da empresa, uma avaliação também da Câmara Municipal e digamos, os valores bases pelos quais os edifícios foram postos, o património foi posto na praça pública foi sempre, digamos, um valor que resultava digamos desta dupla avaliação desse património que foi por à venda.

No caso dos terrenos que não vendemos nenhum efetivamente, o que foi decidido é que o Plano, digamos, que todo e qualquer terreno deveria ser posto no caso de ser vendido na praça pública com um pedido de informação prévia no sentido de alguma forma valorizar esse património.

E depois as vendas diretas também decidimos que elas só seriam admissíveis em asta pública e que só passaríamos para a venda direta no caso da asta pública ter ficado deserta e mesmo assim a venda direta teria sempre por base

o preço base em que esse património tinha ido a asta pública. E portanto e assim nós de alguma forma lográmos na nossa perspetiva esta vertente de preservação do património da EPUL. Muito dele como também sabemos tinha chegado à empresa por via da própria Câmara Municipal e foi assim que nós não vendemos terrenos, o único terreno que registámos durante a fase de liquidação era um terreno que já estava vendido anteriormente à nomeação da comissão liquidatária e fizemos efetivamente quatro astas públicas em três datas; 17 de Junho, 24 de Outubro onde fizemos duas e depois 25 de Novembro de 2014. Os preços base estão ali o seu somatório 18 Milhões e 216 mil e 900 Euros e as adjudicações finais ficaram em 26 Milhões e 31 mil e 300 Euros. Digamos, a diferença mais expressiva talvez tenha sido Martim Moniz as partes comerciais em que levámos à praça património que pensávamos nós de acordo com a avaliação que fizemos que valeria 4 Milhões 945 mil Euros e que enfim curiosamente e na nossa perspetiva bem, numa asta muito concorrida aqueles 4 Milhões e 945 preço base acabaram por se traduzir em 11 Milhões, 718 mil Euros de vendas. Numa asta muito participada com a presença da comunicação social e portanto que de alguma forma isso também na nossa perspetiva fez algum escrutínio aquilo que se estava a passar. Portanto as vendas totais no decurso do processo de liquidação foram no valor de 28,5 Milhões de Euros mais 26 ou seja acima daquilo que era o valor de referencia para o Plano de liquidação. No Plano de liquidação estavam previstas 22 e meio e nós conseguimos através deste processo fazer a venda de 28 Milhões e meio.

O grande berbicacho que nós tínhamos era exatamente o Martim Moniz, como sabem uma obra que foi feita na altura e que boa parte dela vendida através do EPUL Jovem mas que durante 10 anos não se logrou acabar aquela obra. Tivemos ali um problema em quando em determinada altura nos apercebemos que o próprio empreiteiro que estava a desenvolver a obra estava em processo de falência. Reunimos com ele num dia, não nos disse rigorosamente nada, noutro dia de manhã soubemos que tinham sido nomeados administradores judiciais para a empresa. Portanto o que fizemos pura e simplesmente foi, em tempo record, resolver o contrato com a HabiTâmega, tomar posse administrativa da obra, aplicar as multas contratuais no valor de Um Milhão e meio, acionar garantias bancárias, lançámos novo concurso público, adjudicámos nova empreitada com a intenção de ter a obra pronta em 90 dias, comunicámos à entidade reguladora do sector o incumprimento por parte da empresa, alguns Bancos pagaram-nos efetivamente os valores de garantia porque eles eram face demande, outros recusaram-se pagar, fizemos

comunicação ao Banco de Portugal pelo fato dos Bancos não estarem a cumprir digamos aquilo que é os termos de garantia que tinham dado à empresa. Logicamente que estes Bancos não pagaram com o encerramento da empresa, logicamente esse crédito passou para a Câmara Municipal e depois realizámos até 30 de 12 de 2014, 47 escrituras do empreendimento Martim Moniz, só para vos dar ideia naquele último, naqueles últimos dias de 2014 assentámos quase arraias na notária e enfim, houve dias que fizemos enfim não sei, 18 escrituras, tivemos praticamente lá a tempo inteiro a fazer exatamente as escrituras.

Outras questões, fechámos imensas questões de contencioso, algumas delas que duravam há mais de anos, havia uma Dívida à SOMAGUE, que resultava do Programa “Lisboa a cores”, que de 3 milhões de euros que nós conseguimos liquidar com a SOMAGUE, 2 milhões e 750 mil euros, negociámos em, baixa alguns destes pagamentos, tínhamos um problema também com os Jardins Expo, que era uma Empresa em que a EPUL também participava no seu Capital Social, propusemos à Câmara uma solução integrada, que está normalmente agora a ser resolvida.

E também encerrámos a questão do Vale de Santo António. E quando digo que encerrámos a questão do Vale de Santo António, é que para a EPUL, embora a EPUL tivesse do seu lado qualquer coisa como 44,7 milhões de euros de pagamentos por aquele Património, o que é certo, é que nunca a Empresa tinha acabado, nunca a Empresa tinha entregue inclusivamente aquele Património à Empresa.

E portanto, nós entendemos que a melhor forma era acabar com esta situação, o loteamento foi aprovado e marcámos Escritura exatamente com a Empresa no Notário, para redigir a Escritura final da passagem daquele Património para a Empresa; curiosamente a Empresa não compareceu à Escritura, e portanto demonstrou desinteresse em relação à situação.

E isto, no fim de contas, tudo o resto, tudo o que são responsabilidades e Créditos que a Empresa também tinha, transitaram para a Câmara Municipal, que logicamente integrou digamos, nos seus Ativos e nos seus Passivos, aquilo que acabou por passar da EPUL para a Câmara Municipal. Sr. Presidente, Srs. Vereadores, era isto que eu queria dizer.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Dr. Natal Marques. Passo a palavra ao Vereador João Paulo Saraiva.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Bem, muito obrigado pela apresentação que acabaram de realizar.

Eu começava só por pegar algumas, 3 questões que foram pilares, que este Município definiu para este Processo. Este Município definiu objetivos quantificados e transparentes para o Processo; definiu que tinha que haver um Plano Social a pensar nas pessoas e na dimensão evidentemente coletiva da Organização, mas também individual de cada um dos trabalhadores; foram programadas de forma muito minuciosa, as receitas, e nomeadamente um Processo que foi referido do Empreendimento do Martim Moniz, que era um Processo emblemático.

Foram dadas condições por parte do Município, para que, digamos, a operação se pudesse fazer com tranquilidade, do ponto de vista da Tesouraria, assegurando uma dotação da Tesouraria para que o Processo pudesse decorrer com tranquilidade, foi definido um calendário apertado por parte do Município e avaliado o cumprimento destes Objetivos, eu penso que haverá, digo eu, vou aguardar mas eu diria, pelo menos da minha análise, que os Objetivos foram atingidos e foram atingidos dentro do prazo.

Portanto em primeiro lugar, eu gostava de fazer uma saudação especial à Equipa de Liquidatários, aqui representada pelo Natal Marques e pelo Jorge Oliveira, mas também ao envolvimento dos Serviços do Município de Lisboa, que num trabalho de parceria e de grande colaboração com a Equipa de Liquidatários, permitiram que se pudesse chegar aqui com este sucesso, relativamente aos Objetivos que foram definidos pelo próprio Município.

E eu destacaria aqui, e portanto esta equipa, e já agora, também têm nomes e as pessoas têm, temos o dever de os mencionar, o Nelson Sousa e a Fátima Fonseca e as suas equipas da Direção Municipal de Finanças e Recursos Humanos, que foram aqui fundamentais em todo este processo.

Eu, e a terminar dizendo eu, ficou claro pelo números que o Plano social foi cumprido, que foram encontradas soluções para todos e cada um dos trabalhadores da agora ex EPUL, que foram realizadas receitas superiores aquelas que estavam planeadas na ordem dos 6 Milhões de Euros. Feitas de forma transparente com astas públicas em que as melhores ofertas sobre cada um dos ativos foram, houve a possibilidade de serem oferecidas e que os saldo final de tesouraria de curto prazo não foi utilizado, portanto a Câmara não teve nenhum custo com esta operação final, nenhum custo direto financeiro. Portanto eu acho que este processo e para não os ocupar mais tempo e dar a possibilidade de cada um fazer a sua análise, é um processo que prova que a dimensão social pode assumir uma prioridade sem nenhum das outras serem

descuradas num processo que tem um carácter de emergência, que não é necessário perder o rigor nem o profissionalismo e que podemos pensar nas pessoas e a dimensão social pode ser completamente assegurada ao contrário de muitos outros processos que todos nós conhecemos desta tipologia, e portanto parece-me que o município está de parabéns e pode se orgulhar da forma como todo este processo decorreu. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado Sr. Vereador. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de mais os meus cumprimentos ao Dr. Natal Marques e aos restantes membros da direção da administração cessante da EPUL. É consabido que nós nunca acompanhámos o processo de extinção. Aliás eu vou recordar o que em tempo devido e a altura em que foi votado nesta Câmara a dissolução e a extinção da EPUL em que aduzimos que as razões de extinção da EPUL apresentadas não se limitavam à situação criada pelo não pagamento das dívidas ao Dexia e Neederlands mas por motivos mais gerais como esgotamento de objeto social da empresa, a situação do mercado imobiliário, a não viabilidade de projetos de reabilitação urbana nos tempos mais próximos, a perspectiva do atual executivo que este processo de reabilitação deve ser levado acabo pelos promotores privados entre outros motivos que foram aduzidos.

Nós na altura dissemos precisamente que a EPUL podia e deveria servir como uma forma pública de regular o mercado e de manter uma forte presença pública e neste caso do município na área da reabilitação urbana, e que portanto não só não entendíamos que tivesse esgotado o motivo de existência da EPUL como permitia que existissem novas possibilidades e atuação. Não foi esse o entendimento da maioria e portanto foi votado favoravelmente a extinção entretanto com todo o problema do não cumprimento da prestação, então prestação de Junho de um empréstimo de 60 Milhões contraído junto destes dois Bancos em que apesar de, tanto quanto é do nosso conhecimento, a prestação ter sido paga fora de prazo foi executado por estes dois Bancos o pagamento integral do montante em dívida de 45 Milhões. E queremos que foi isto que em devido tempo se poderia ter resolvido e que não se resolveu por outros motivos nomeadamente a intenção de extinção da empresa. Onde nós não acompanhámos como não acompanhamos desde então até hoje a extinção da EPUL, logo não poderíamos por maioria de razão estar a favor da proposta que nos é agora apresentada do encerramento. Não é uma questão de colocarmos em causa o trabalho da Comissão Liquidatária, mas a posição

de princípio em relação à própria situação da empresa e ao próprio interesse que a empresa tinha para o município.

Não obstante, Sr. Presidente, gostaria de saber se esta apresentação que nos foi agora aqui feita, até para que depois possamos cotejar com as várias informações que ao longo destes anos vamos tendo, nos poderia ser disponibilizada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Vereador Fernando Seara.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Presidente. Três notas curtas. Em primeiro lugar cumprimentar os membros da comissão aqui presentes, dizer-lhes que saúdo o esforço, saúdo a disponibilidade e saúdo o sentido de cidadania que assumem e por isso queria que isso ficasse registado. Em segundo lugar queria dizer, a V. Ex^a. que eu e a Sra. Vereadora Alexandra Barreiras Duarte aqui presentes, vamos acompanhar voto da Arquiteta Margarida Saavedra com as questões que V. Ex^a. Sr. Presidente e V.^{as}. Exas. Conhecem, vamos acompanhar no pressuposto que quem acompanhou o processo, quem o conhece e quem o abordou e suscitou. Em terceiro e último lugar é evidente que a bancada do PSD na Assembleia Municipal nesta matéria como em outra se reservará para outra opinião mas sublinho o Ponto 1 que comecei, saúdo o sentido de cidadania de Vs. Ex^{as}.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado. Muito bem, não havendo pedidos de intervenção adicional, naturalmente que esta apresentação irá ser distribuída aos Srs. Vereadores, aliás ela é um resumo do relatório que já foi distribuída há bastante tempo. Eu resta-me agradecer o trabalho feito pelos Administradores liquidatários da empresa. Agradecer o trabalho desempenhado pela Comissão liquidatária e deixar uma vez mais como pedido de registo para a ata os votos de reconhecimento e de agradecimento por todo o trabalho desenvolvido, pelo esforço, pelo empenho, pelos resultados. Recordo-me aliás que este foi dos primeiros dossiers mais complexos que tive que coordenar quando assumi responsabilidades como Vereador das Finanças aqui da Câmara de Lisboa e sabemos bem a dificuldade em ter chegado a bom porto nestas múltiplas frentes. E, acho que isso foi conseguido, foi um processo bem conseguido do ponto de vista social, do ponto de vista financeiro, das operações financeiras que foram realizadas da reestruturação da dívida, das operações de alienação patrimonial e *“lust but not the least”*, aquela cereja não esperada que foi mesmo o fecho das obras do Martim Moniz que nos deixou todos particularmente

satisfeitos num momento de descrédito, diria eu, disseminado sobre esta capacidade. E por isso me resta transmitir um voto público de louvor à Comissão liquidatária e a todos os seus membros pelo trabalho desempenhado em condições particularmente difíceis que nós imaginamos que são aqueles que estão a trabalhar para a extinção do seu próprio posto de trabalho, o que ainda é um trabalho mais exigente e mais ingrato.

Não havendo mais questões Srs. Vereadores, eu proponha passarmos à votação do ponto 2 da Ordem de Trabalhos da Proposta 299/2015.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Sr. Presidente pedia-lhe que fosse votado, como tem dois pontos e eu tenho um sentido de voto diferente.

O Sr. Presidente: - Muito bem, vamos então votar o ponto 1. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado com o voto contra do PPD/PSD e do PCP a abstenção do CDS/PP e o voto a favor dos restantes vereadores.

Vamos votar o ponto 2 da mesma proposta: Quem se abstém? Aprovado com o voto contra do PPD/PSD e do PCP e o voto a favor dos restantes vereadores. Srs. ex-Administradores muito obrigado.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta 299/2015 a qual foi aprovada por pontos:

Ponto 1 – aprovado por maioria com 11 a favor (8PS e 3Ind.), 1 abstenção (CDS/PP), e 4 votos contra (2PPD/PSD e 2PCP)

Ponto 2 – aprovado por maioria com 12 votos a favor (8PS, 3Ind. e 1CDS/PP) e 4 votos contra (2PPD/PSD e 2PCP)